

Tutela, chefia e poder: uma análise da política indigenista do Serviço de Proteção aos Índios através da atuação de Francisco Vieira no Posto Indígena Nonoai (RS) - (1941-1956)¹

Sandor Fernando Bringmann²
USJ-SC

Resumo:

Representantes locais de um poder estabelecido para classificar, controlar, qualificar e integrar as populações indígenas às sociedades e às economias regionais, os chefes de Posto eram os responsáveis pela aplicação das orientações e encaminhamentos do Serviço de Proteção aos Índios nos Postos Indígenas espalhados pelo território brasileiro. No presente artigo, busca-se destacar a atuação indigenista de Francisco José Vieira dos Santos (Francisco Vieira) no contexto do Posto Indígena Nonoai (RS), refletindo sobre a forma com que o mesmo buscava se construir enquanto símbolo de um poder estabelecido para controlar e vigiar e, ao mesmo tempo, identificar como os indígenas (Kaingang), através de suas memórias, reconstroem o tutor e suas táticas de poder tutelar.

Palavras Chave: Chefe de Posto; Políticas Indigenistas; Francisco Vieira

Abstract

Local representatives of established power to classify, manage, qualify and integrate indigenous peoples to societies and regional economies, the station chiefs were responsible for the implementation of the guidelines and referrals of the Indian Protection Service in the Indian Posts spread the Brazilian territory. In this article, I intend to highlight the indigenous action of Francisco José Vieira dos Santos (Francisco Vieira) in the context of the Indian Post Nonoai (RS), reflecting upon the way in which it sought to build as a symbol of an established power to control and watch over and at the same time, identify as indigenous (Kaingang), through his memories, reconstruct the tutor and its tutelary power tactics.

Keywords: Post chief; Indigenist politics; Francisco Vieira

Considerações iniciais: os chefes de Posto e suas atribuições nos Postos Indígenas

Elaborar estratégias para a integração das populações indígenas brasileiras aos contextos socioeconômicos regionais sempre foi uma prioridade para o Serviço de Proteção aos Índios (SPI). Considerada essencial para alcançar a autossuficiência produtiva dos Postos Indígenas (PIs), esta integração exigia certas posturas proativas por parte dos povos envolvidos, entre as quais, obediência, respeito, esforço, sobriedade e empenho nos

¹ O presente artigo é uma versão adaptada de um sub-capítulo de minha Tese de Doutorado, defendida no PPGH-UFSC em março de 2015, no qual analiso a representatividade dos chefes de Posto do SPI na memória dos Kaingang dos Postos Indígenas Nonoai(RS) e Xaçupé(SC). A pesquisa efetuada contou com auxílio da CAPES, através de concessão de bolsa.

² Doutor em História Cultural pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGH-UFSC). Professor dos cursos de Pedagogia e Ciências da Religião no Centro Universitário Municipal de São José (USJ-SC). Coordenador do Núcleo de Estudos Afrobrasileiros e Indígenas (NEABI-USJ).

trabalhos propostos. Seguindo tais preceitos, os indígenas estariam aptos a tornarem-se economicamente produtivos, independentes e educados para o cumprimento dos deveres cívicos.

Por tais motivos, Leandro Mendes Rocha afirma que os Postos Indígenas constituíram-se em unidades básicas para a implementação das políticas indigenistas brasileiras (ROCHA, 2003: 109). Tais estabelecimentos devem ser compreendidos, por isso, enquanto receptáculos empíricos das experiências no campo das práticas de proteção e controle das populações indígenas, pois, através de ações específicas no interior dos mesmos é que se configuraram normativas de caráter assistencial, orientações educacionais e sanitárias e promoção da economia indígena (Idem.). Esta última, de fundamental importância para a análise aqui proposta, deveria pautar-se pela vocação econômica da região em que estavam estabelecidos os Postos.

Os responsáveis por comandar as proposições do SPI nos estabelecimentos indígenas eram agentes indigenistas conhecidos por encarregados ou chefes de Posto. Não obstante a principal responsabilidade destes funcionários fosse a aplicação das orientações e encaminhamentos da agência indigenista federal *in loco*, muitos deles acabaram se tornando representantes locais de um poder estabelecido para classificar, controlar, qualificar e submeter as populações indígenas às economias e aos interesses regionais.

De modo geral, as instruções sobre as maneiras de proceder na estruturação dos Postos Indígenas obedeciam a uma hierarquia, na qual as ordens eram emitidas pelo Diretor Geral do Serviço, a partir da sede do SPI no Rio de Janeiro, passando pelos Inspectores Regionais³, até chegar aos chefes de Posto. Estes, de modo geral, eram orientados a portar-se de forma enérgica e decidida em suas funções, sem, no entanto, utilizar-se destas posturas para a prática do autoritarismo excessivo e violências contra os indígenas.

A despeito disso, diversos chefes de Posto foram criticados por sua conduta imprópria e acusados de não possuírem o “espírito do Serviço”. Nestes casos, os Inspectores Regionais eram orientados a fiscalizarem de perto as ações dos seus agentes, com vistas a impedir práticas que pudessem suscitar desconfianças entre os indígenas e comprometer todo o trabalho. Assim sendo, os Inspectores Regionais empenhavam-se para que os encarregados:

³ Os Inspectores Regionais eram os agentes indigenistas responsáveis pela supervisão e fiscalização dos trabalhos dos chefes de Posto e demais funcionários do SPI nos Postos Indígenas. Uma Inspeção Regional poderia ser responsável por vários Postos Indígenas, de um ou mais estados. No caso do Posto Indígena Nonoai, quem supervisionava as atividades dos chefes de Posto era a Sétima Inspeção Regional (IR7), cuja sede localizava-se em Curitiba. Esta mesma Inspeção era responsável pelos demais Postos Indígenas existentes no Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

...se convençam de que não são feitores de fazendas destinados a explorar os índios, e sim, mestres pacientes e paternais que enviamos aos selvícolas para dar-lhes ensinamentos, cuidados, auxílios em geral, e hábitos de trabalhos, por meios suasórios, e também para reeducá-los quando viciados no alcoolismo, na prostituição, e em outras desgraças devidas ao contato com os civilizados (BRASIL. Boletim Interno nº 8, 31/07/1942: 1).

Embora posturas autoritárias gerassem grandes controvérsias entre as instâncias superiores do SPI, o paternalismo excessivo, por sua vez, também era condenado, tendo em vista o prejuízo que poderia causar na busca pela autodeterminação dos povos indígenas. De acordo com os preceitos ideológicos do órgão indigenista federal, qualquer tipo de auxílio gratuito concedido pelo chefe de Posto aos indígenas era condenável. Considerava-se que, com tal atitude, toda ação movida no sentido de instrumentalizar o indígena ruiria, “porque acostumado a uma tutela que por ele resolve tudo, acabará por encostar-se num explorador qualquer, que usufruirá não só a sua liberdade como tudo o mais que lhe pertencer” (BRASIL. Boletim Interno nº 10, 30/09/1942: 1)

Assim sendo, percebe-se que no contexto de concretização de uma ideologia protecionista e integradora, o exercício de práticas paternalistas e autoritárias por parte dos agentes indigenistas deveria ser devidamente dosado. Ambas tinham que estar conectadas na busca por uma racionalização utilitária do trabalho, do tempo e do espaço, sem que uma ação se sobrepusesse em demasia à outra. A dosagem correta dos mecanismos disciplinares tinha por fim possibilitar um melhor controle e maior aproveitamento das forças de produção, tirando o máximo de vantagens e neutralizando as ações consideradas inconvenientes, como roubos, interrupções do trabalho, agitações, etc. (FOUCAULT, 2005: 120-122). Aos encarregados dos Postos Indígenas, por conseguinte, atribuía-se a função de prevenir os abusos, remediar os conflitos, orientar os trabalhos, combater a vadiagem e estabelecer procedimentos corretos de comportamento.

Na bibliografia antropológica brasileira, existem inúmeros exemplos de chefes de Posto que desempenharam, no exercício de suas funções, ações de cunho paternalista e autoritário em prol do sucesso efetivo de seu trabalho e dos objetivos desenvolvimentistas do SPI. À guisa de exemplificação, cabe destacar rapidamente dois exemplos mais conhecidos: Manuel Pereira Lima, o “Manuelão”, chefe de Posto que angariou grande respeito entre os Ticuna do Alto Solimões, por conta de uma atuação indigenista que mostrou-se favorável aos índios, e, Eduardo Lima e Silva Hoerhan, que tornou-se chefe de Posto após conseguir atrair os Xokleng para os acampamentos do SPI em Santa Catarina. Por esta façanha, foi inclusive alcunhado de “pacificador”.

A atuação indigenista de “Manuelão” entre os Ticuna ocorre na década de 1940, sendo marcada pelo exercício efetivo da assistência social e econômica desta população, em um momento de forte exploração da produção e da mão de obra indígena por parte de seringueiros e seringalistas. Conforme evidencia João Pacheco de Oliveira, este encarregado procurou atuar em esferas distintas para atender as preocupações protecionistas e produtivistas do SPI em um contexto adverso (OLIVEIRA, 1999: 31-32).

Em um primeiro momento, opera na esfera da comercialização dos produtos cultivados pelos Ticuna, pagando preços justos ou superiores aos pagos pela população regional aos produtos indígenas. Consegue, desta maneira, materializar a imagem do “bom patrão”, em contraposição aos “maus patrões”, representativos das ações exploratórias dos seringalistas. Do mesmo modo, sua atuação enquanto agente econômico, promotor de inovações nas atividades produtivas, eleva-o na memória Ticuna como aquele que possibilitou a transformação dos índios em agricultores, o que teria colaborado para a elevação da sensação de bem estar social proporcionado a algumas famílias indígenas, que passaram a ter acesso também à escola, ao posto de saúde e ao “barracão”.⁴

As ações perpetradas pelo chefe de Posto contribuíram, dessa forma, para a construção da imagem de “Manuelão” como um “bom patrão”. A posição adotada pelo encarregado no exercício de suas funções não era mais que o reflexo de uma política intencional do SPI, quando o mesmo empreendeu a constituição de uma ideologia protecionista que priorizasse a defesa da força de trabalho e da produção indígena. Contudo, para os Ticuna, era “Manuelão” que os protegia das explorações e os pagava muitas vezes em dinheiro pelos seus produtos. Essa prática colaborou para que tenha sido construída uma imagem paternalista do mesmo, pois era através de suas ações que os indígenas se protegiam do abuso perpetrado pelos “maus patrões”.

Em outros casos, contudo, o papel exercido pelos chefes de Posto tornou-se bastante ambíguo, como no caso da atuação indigenista de Eduardo Lima e Silva Hoerhan entre os Xokleng do Posto Indígena Duque de Caxias, no Vale do Itajaí (SC). Atuando durante 40 anos (1914-1954) neste PI, Hoerhan vivenciou situações extremas em sua chefia. Se por um lado conseguiu impedir o extermínio dos indígenas pelos “bugreiros”⁵, atraindo os

⁴ O barracão era uma espécie de mercado, montado no próprio Posto Indígena, onde os indígenas poderiam vender sua produção agrícola ou trocá-la por produtos manufaturados. No caso Ticuna, o barracão era utilizado para a compra da borracha extraídas do seringal do Posto pelos próprios indígenas, sendo inclusive pagos preços superiores aos oferecidos por atravessadores nos mercados regionais (OLIVEIRA, 1999: 32).

⁵ Bugreiros eram homens que planejavam e realizavam ataques contra os índios. Os grupos, compostos geralmente por caboclos (mestiços), eram contratados pelos agentes colonizadores, autoridades políticas e colonos de origem europeia para oferecer segurança aos lotes coloniais e garantir o desenvolvimento da colonização (WITTMANN, 2007: 49).

Xokleng para o Posto e trabalhando no controle das relações conflituosas existentes entre os indígenas e a sociedade regional e na promoção de um desenvolvimento agropecuário do Posto, por outro, foi acusado de prepotente, impulsivo e violento, angariando muitas inimizades entre índios e não índios (SANTOS, 1970: 68-69).

Sílvio Coelho dos Santos, em seus estudos sobre os Xokleng, afirma que Hoerhan soube aproveitar-se de seu conhecimento humanístico, de suas relações políticas, de sua capacidade de diagnosticar doenças e adquirir medicamentos, para conquistar status e poder, sendo conhecido e respeitado em toda a região. “Tudo o que acontecia no alto Vale Eduardo Hoerhan tomava conhecimento, pois, segundo um informante, ‘era ele quem ditava as ordens por aqui’” (Ibid.: 69).

Os relatos etnográficos coletados por Santos em seus trabalhos de campo entre os Xokleng são indicativos de um caráter extremamente autoritário e centralizador de Hoerhan, o qual, especialmente nos anos finais de sua atuação indigenista no PI Duque de Caxias, suplantou sua face paternalista e pacificadora dos anos iniciais. Conforme evidenciou este autor, “não poucas são as façanhas negativas que ainda hoje lhe são atribuídas. ‘Eduardo entrava nos bares de Ibirama montado a cavalo’. ‘Ele experimentava suas armas atirando nos índios’. ‘Era sempre o primeiro a experimentar sexualmente as índias’” (Idem.).

Convém salientar, entretanto, que não era somente o caráter humanitário ou disciplinador que definia a nomeação de um chefe de Posto. As especificações da direção do SPI para o exercício da função exigiam ainda que os contratados possuíssem certas habilidades técnicas e intelectuais, entre as quais: noções de carpintaria, discernimento sobre técnicas agrícolas e pecuárias, conhecimentos sobre os povos indígenas entre os quais iriam trabalhar e sobre os aspectos geográficos e ambientais da região onde estava instalado o Posto Indígena. (BRASIL. Boletim Interno nº 10, 31/07/1942: 12). Por estas especificações, fica claro que o SPI almejou a contratação de funcionários capacitados para uma boa utilização das potencialidades produtivas dos indígenas. Obviamente, isso não significa afirmar que esse princípio tenha sido seguida à risca em todos os Postos Indígenas.

No tocante ao PI Nonoai⁶, o chefe de Posto que mais eficientemente aplicou na prática as políticas assistencialistas e integradoras do SPI foi, sem dúvida, Francisco José Vieira

⁶ Situado na região noroeste do Rio Grande do Sul, o Posto Indígena Nonoai foi organizado como aldeamento provincial em 1846, com a função de estabelecer as populações indígenas que circulavam por aquela região e pelas áreas de colonização europeia. Não há informações concretas sobre suas dimensões, mas Ricardo Cid Fernandes estipula que, destaca que uma demarcação foi efetuada pelo governo provincial em 1856, com uma área de aproximadamente 428 mil hectares (FERNANDES, 2003: 205). Em 1911, portanto, já no período republicano, tem sua área redefinida pela Diretoria de Terras e Colonização do Estado do Rio Grande do Sul, quando teve sua área

dos Santos (referenciaremos o mesmo a partir deste momento apenas como Francisco Vieira, como era conhecido pelos Kaingang). O delineamento da ação indigenista deste encarregado, permitiu efetuar um exercício de reflexão sobre as estratégias e manobras utilizadas para implementar a ideologia protecionista e integradora do SPI no PI Nonoai.

Através desta perspectiva analítica, buscou-se compreender como este chefe de Posto pretendeu construir-se enquanto educador, administrador e empreendedor, atendendo ou obliterando os objetivos almejados pelos índios. A documentação produzida por este chefe de Posto nos permite refletir sobre as maneiras como executava suas estratégias integradoras, como desenvolvia suas perspectivas produtivistas e, inclusive, como transcorria sua relação cotidiana com os indígenas do PI Nonoai. Por outro lado, procurou-se evidenciar de que forma os tutelados, no caso os Kaingang entrevistados, reconstróem seu tutor. Na análise em questão, tal perspectiva possibilita avaliar como os velhos Kaingang, que conviveram com este encarregado, definem as ações do mesmo a partir das suas prerrogativas e significações próprias.

Certamente não se pretende alcançar uma compreensão totalizadora sobre a performance deste encarregado, tendo em vista a subjetividade e fragmentação inerentes às narrativas orais e às fontes documentais balizadas para a pesquisa. Por esse motivo, dar-se-á enfoque nas representações sobre as condutas deste agente construídas pelos velhos Kaingang, através de suas memórias coletadas por meio de entrevistas de História Oral e pelo próprio Francisco Vieira, por intermédio de seus relatórios, ofícios e cartas produzidas no exercício de suas funções administrativas.

Francisco Vieira: o tutor e a constituição da tutela

O responsável por organizar e coordenar o Posto Indígena Nonoai em sua nova conjuntura após o fim da tutela estadual, Francisco José Vieira dos Santos, foi um ex-militar de carreira, natural do município de São Gabriel/RS. Esse encarregado possuía vínculo recente com o órgão indigenista federal quando assumiu o comando do PI Nonoai em outubro de 1941, tendo iniciado em 1940 suas atividades como *Agente dos Índios* (BRASIL. Cadastro de funcionários lotados na 7ª Inspeção Regional. s/d.). Chegou em Nonoai juntamente com a esposa e dois filhos, instalando-se na aldeia sede, onde construiu seu escritório e moradia. Era recorrente, na época, atribuir à esposa do funcionário designado

drasticamente reduzida, para 34.976 hectares. Quando o SPI assume o controle desta área indígena, em 1941, ainda mantinha-se estas dimensões, que foi reduzida em 1949, por conta da criação de um Parque Florestal Estadual, que reduziu em torno de 20 mil hectares aquela área indígena. Por fim, à área correspondente ao Posto Indígena Nonoai, restaram apenas cerca de 15 mil hectares. (SIMONIAN, 1981; KLIEMANN, 1986; FERNANDES, 2003).

pra chefiar o Posto, caso apresentasse razoável grau de instrução, a função de Auxiliar de Ensino, o equivalente ao papel do atual professor alfabetizador. Em Nonoai, esta característica não fugiu à regra, sendo o cargo de Auxiliar de Ensino ocupado pela esposa de Francisco Vieira: Helena Abduch Vieira dos Santos.

Francisco Vieira atuou durante 15 anos como chefe do Posto indígena Nonoai, entre os anos de 1941 e 1956. Durante este período, produziu farta gama de relatórios e ofícios minuciosamente detalhados sobre suas atividades e projetos voltados para a promoção econômica do Posto. Seus escritos permitem importantes revelações sobre o regime de trabalho dos indígenas, descrições das atividades na escola, prestações de contas ao SPI, além de denúncias contra invasões por posseiros, desmatamento e outras ações perpetradas pela sociedade regional contra os indígenas.

Figura 1: O primeiro encarregado do PI Nonoai, Francisco Vieira e sua esposa Helena Abduch Vieira dos Santos no escritório da Sede do Posto.



Fonte: (BRASIL. **Escritório do posto indígena.** 1944).

As orientações de cunho integracionista e produtivista do SPI são apresentadas por ele através de detalhadas descrições sobre o estado sanitário dos indígenas, o desempenho escolar dos alunos, descrições dos trabalhos nas lavouras, entre outros. Em muitas de suas exposições, Francisco Vieira fazia questão de estabelecer um comparativo da situação do momento, isto é, do período em que o SPI instalou seu Posto no local, com a situação

anterior. Obviamente, apresentava os inúmeros benefícios e vantagens da nova conjuntura para a população indígena.

Entre os principais avanços enfatizados pelo encarregado, há certa ênfase no destaque para a melhora da qualidade de vida dos “seus tutelados”. Esta evolução teria ocorrido graças à constituição de um patrimônio indígena e a certas concessões permitidas aos índios, como a manutenção de algumas atividades que permitiam o desenvolvimento de suas sociabilidades, em especial, àquelas relacionadas às cerimônias e às festas religiosas. Um exemplo desta atitude aparece em um relatório encaminhado à Direção do SPI em julho de 1943, no qual o encarregado faz referência à retomada das “festas de Santos”, as quais, segundo ele, há tempos já haviam sido abandonadas pelos Kaingang:

Estas festas há muitos anos não se realizavam porque os índios viviam descontentes e tristes e “agora – dizem eles – o índio mudou de vida”, celebram como demonstração de alegria e contentamento. A primeira dessas festas foi consagrada ao MILHO – dizem os índios festeiros que o milho precisava de uma festa porque esse produto lhes está dando todo o necessário e para, no ano entrante dar melhor, escolheram aquele santo (**São João**) por ser o de preferência para essa festa (BRASIL. Ofício Relatório nº 19, 03/07/1943: 2).

Fica evidente que a retomada das festas, compreendida por Francisco Vieira como “atestado da disposição de seus índios e harmonia com o serviço todo” (Ibid., p. 3), remete a uma situação onde os investimentos da agência indigenista federal também são voltados para garantir maior liberdade de expressão cultural às populações indígenas tuteladas pelo SPI, seguindo os preceitos estabelecidos pelo Decreto nº 10.652 de outubro de 1942, o qual incluía entre suas finalidades “conservar e fazer respeitar a organização interna das tribos, sua independência, seus hábitos, línguas e instituições, não intervindo para alterá-los, a não ser que ofendam a moral ou prejudiquem os interesses dos índios ou de terceiros.” (BRASIL. Coletânea de Leis, Atos e Memoriais, 1947: 185). Neste sentido, ainda que as “festas de Santos” não possam ser consideradas como manifestações propriamente tradicionais, devem ser compreendidas enquanto importantes eixos da articulação social Kaingang, onde são operacionalizados os regimes de trocas – simbólicas, matrimoniais e materiais (FERNANDES, 2003: 138).

Seguramente Francisco Vieira soube aproveitar-se destas manifestações de culto religioso para fortalecer os laços de sociabilidade com a comunidade indígena. Esta afirmação justifica-se por se compreender que, ao financiar as festas por meio de fornecimento de alimentação, patrocinar o pagamento de músicos e convidar as principais lideranças indígenas da comunidade para coordená-las, Francisco Vieira procurava construir

um ambiente socialmente ideal, com o qual pretendia angariar apoio para os diversos projetos e programas de trabalho que almejava desenvolver no Posto.

É importante lembrar que os primeiros anos da atuação indigenista de Francisco Vieira ocorrem em um momento de intensa campanha de enaltecimento do sentimento nacionalista característico do Estado Novo. Deste modo, embora concedesse total apoio às “festas de Santos” e demais manifestações culturais dos indígenas, eram as comemorações patrióticas, como os dias da Independência, da Proclamação da República, da Bandeira e o próprio “Dia do Índio”, que motivavam maior empenho e mobilização por parte deste chefe de Posto. No caso das comemorações do “Dia do Índio”, além de esta ser uma data criada oficialmente pelo presidente Getúlio Vargas em 1943⁷, existia uma orientação do SPI e de suas Inspetorias Regionais para que a mesma fosse comemorada em todos os Postos Indígenas brasileiros. No PI Nonoai, durante estas festas, a escola se tornava o centro de socialização do Posto.

Tendo em vista seu simbolismo político e patriótico, pode-se afirmar que estes momentos serviam muito mais para o encarregado enaltecer a pátria e autoridades políticas, do que propriamente comemorar o orgulho de ser e sentir-se indígena por parte dos Kaingang. Uma demonstração desta assertiva é observada no fato de a maior parte da festa ser dedicada à declamação de poemas e canções patrióticas, hasteamento da Bandeira Nacional, interpretação do Hino Nacional, apresentações teatrais, além, é claro, de uma preleção referente ao simbolismo do dia pelo próprio chefe do Posto (BRASIL. **Ofício Relatório nº 29.** 08/05/1944: 4).

Tais ações empreendidas por Francisco Vieira são reveladoras de uma busca constante por legitimação e aprovação da sua ação indigenista perante os superiores do SPI, a sociedade regional e, notadamente, perante os próprios indígenas. É neste sentido que se pode inserir sua conduta na perspectiva do *tutor* como *educador* (OLIVEIRA, In: FREIRE (org), 2011: 439). Neste âmbito, o chefe de Posto atua de forma a disciplinar as ações, procurando conformar os Kaingang aos padrões de brasilidade estabelecidos pelo Estado Novo. Nesta concepção, a “escolarização, paradas cívicas, didatização de símbolos nacionais e até o alinhamento de moradias dos nativos constituem inequívocas manifestações integradoras assimiladoras” (OLIVEIRA, 1999: 54).

Pode-se conjecturar que as manifestações organizadas pelo encarregado eram promovidas com a finalidade de legitimar e atestar a eficácia dos métodos orientados pelo SPI, além de servirem como disseminadoras das noções mais elementares de “civildade”.

⁷ Decreto Lei nº 5.540, de 2 de Junho de 1943, considera “Dia do Índio” a data de 19 de Abril (BRASIL, 1947, p. 218).

Neste contexto, a escola surge como seu principal veículo de reprodução cultural (SOUZA LIMA, 1995: 191). Alguns relatos de Francisco Vieira são carregados deste ufanismo patriótico e emergem principalmente quando ele expõe a alegria e a satisfação dos indígenas por se sentirem protegidos pelo abraço paternal do SPI, conforme se observa no trecho seguinte:

Foi deveras comovedora a manifestação dos índios; não haveria indiferente que deixasse de vibrar nessa hora tão significativa e bela. E, como solfas soltas do sabiá ao silêncio da mata, saiu cheio de vibrante entusiasmo, veneração e respeito, traduzindo o sentimento puro da gratidão, um “SALVE O PAI GRANDE! SALVE O GAL. RONDON!” E assim, formados por ordem hierárquica – Cacique “Cel.”, “Cap.”, “Tent.”, etc.- em quatro grupos de 100 índios, dois a dois, de braço, saiam do mato, volteando a ondulante campina para entrar no portão principal do Posto, em direção à Escola. A chegada dos índios foi esperada para hastear a bandeira, cerimônia a que todos assistiram, descobertos, com respeito. Esperaram-nos à frente da escola, formados, os alunos indígenas, que cantaram o Hino Nacional no culto “ao auriverde pendão da esperança” seguiu-se o Hino à Bandeira, canções escolares e algumas canções típicas cantadas pelos guaranis (BRASIL. Ofício Relatório nº 8. 01/08/1942: 2).

As cerimônias cívicas promovidas pelos agentes do SPI implicavam em toda uma “pedagogia ritualística”, a qual, segundo Antônio Carlos de Souza Lima, era estabelecida para formar os sentimentos de pertencimento a uma outra comunidade política, onde os indígenas deveriam se sentir sob a proteção do governo (SOUZA LIMA, 1995: 193). Um exemplo desta “pedagogia ritualística” desempenhada por Francisco Vieira, pode ser evidenciado pela organização de um grupo de escoteiros indígenas no PI Nonoai, denominado *Tropa Condor*. Este grupo era formado principalmente por alunos da escola Benjamim Constant, da aldeia sede. O grupo de escoteiros servia como importante instrumento de propaganda do Serviço para as autoridades que constantemente visitavam o Posto, interessadas em conhecer as atividades desempenhadas pelos indígenas. Nestes momentos, os escoteiros desfilavam uniformizados, cantavam hinos e executavam manobras e evoluções demonstrativas de habilidade e destreza.

Em uma destas visitas, feita por delegados de Saúde e Educação do estado do Rio Grande do Sul, juntamente com o prefeito e o sub-prefeito do município de Nonoai, simpáticos às iniciativas do SPI, o encarregado recebe um convite “em nome do Exmo. Sr. Interventor do Estado para fazer representar a Nação Indígena, na Semana da Pátria, em Porto Alegre, com 15 alunos” (BRASIL. Ofício Relatório nº 9, 01/9/1942: p. 1). O convite foi motivo de muito orgulho e comemorado por Francisco Vieira como reconhecimento de sua patriótica atuação e do trabalho civilizador do SPI, que cooperava para o engrandecimento do país (Idem.). O dia do embarque ocorreu como solenidade oficial no Posto, momento em

que se reuniram funcionários, lideranças indígenas e pais de alunos para a despedida da comitiva. Helena Vieira aponta outros detalhes referentes a este momento em seu relatório:

Embarcaram 13 alunos dia 27 pp. em companhia do Sr. Francisco José Vieira dos Santos, Encarregado do Posto, com destino a Porto Alegre, afim de tomar parte na Semana da Pátria. Saíram do Posto de ônibus com destino a Carazinho, onde embarcaram via férrea. Os alunos viajaram uniformizados de escoteiros e levaram uniforme de parada – o combinado com o Estado, como formarão todas as escolas, calça azul, sapato de “TENIS” branco e blusa branca tipo esporte. Saíram às 8 horas da manhã, tendo antes cantado o HINO NACIONAL. Via-se em todos os indiozinhos a alegria e contentamento (Ibid.: 2).

A participação dos escoteiros da *Tropa Condor* nos desfiles da Semana da Pátria de 1942 representou singular importância para Francisco Vieira, pois, sendo ele um ex-militar do exército brasileiro e tendo o Brasil acabado de declarar guerra ao Eixo⁸, demonstrar o sentimento nacionalista dos indígenas era uma comprovação de que o SPI apoiava a atitude do presidente Getúlio Vargas. Os escoteiros, dessa maneira, representavam simbolicamente os futuros soldados da nação. Incluir os pequenos indígenas neste sentimento militar possuía um significado especial, pois demonstrava ao governo que a população indígena já estava integrada à causa nacionalista. As imagens ilustradas nas figuras 2 e 3 apresentam os 13 “soldados” da *Tropa Condor* sob a vigilância orgulhosa do encarregado durante o desfile em comemoração à Semana da Pátria de 1942, em Porto Alegre:

Figuras 2 e 3: A *Tropa Condor* alinhada durante o acendimento do fogo simbólico da Pátria e abaixo, as evoluções em frente ao palanque das autoridades durante o desfile da Semana da Pátria de Porto Alegre.

⁸ Depois de inúmeros torpedeamentos de navios mercantes brasileiros, em agosto de 1942, Getúlio Vargas, a despeito de sua simpatia pelo regime fascista, declara guerra à Alemanha Nazista e à Itália Fascista. Ver: CYTRYNOVICZ, 2000.

Tutela, chefia e poder: uma análise da política indigenista do Serviço de Proteção aos Índios através da atuação de Francisco Vieira no Posto Indígena Nonoai – Por Sandor Fernando Bringmann



Fonte: (BRASIL. SPI. Escoteiros Indígenas e Desfile. 1944).⁹

⁹ OBS. A data presente no catálogo do SEDOC do Museu do Índio (1944), não corresponde ao ano em que ocorreu o desfile (1942).

Observa-se que, o empenho do encarregado em estabelecer ações educativas de acentuado conteúdo patriótico, correspondia ao ideário educacional do momento, uma vez que vivia-se no auge do projeto de nacionalização que caracterizou o governo Vargas. Esta característica acentuou-se principalmente após a entrada do Brasil na 2ª Guerra Mundial, quando se trabalhou na operacionalização de currículos e ações docentes voltadas para a implementação de políticas de *abrasileiramento* com propósitos profundamente autoritários.¹⁰ Tal proposta objetivava reforçar o sentimento patriótico em todo o conjunto do território nacional.

Este artifício integracionista fica bastante claro a partir do momento em que se define que, mesmo incentivando o respeito às suas tradições e o orgulho da “raça” do indígena, as categorias nativas não poderiam se sobrepor aos objetivos maiores de: “dar ao índio ensinamentos úteis, procurando despertar nele os sentimentos nobres, inculcar-lhe a idéia de que faz parte da nação brasileira” (BRASIL, 1947: 185), ou ainda, dar “uma bela oportunidade aos nossos índios para irem compreendendo aos poucos que não é só esse recanto que devem amar, mas que o Brasil é grande e os brasileiros formam um povo só” (BRASIL. Ofício Relatório nº 34. 07/10/ 1944: 5).

Evidenciou-se através da documentação cotejada, que Francisco Vieira era leitor assíduo dos Boletins Internos¹¹ da Seção de Orientação e Assistência (SOA) do SPI. Assim sendo, acabou desempenhando uma outra finalidade estabelecida pelo regimento de 1942 aos encarregados dos Postos Indígenas: “efetuar levantamento estatístico geral das populações indígenas e dar ao Conselho Nacional de Proteção aos Índios (CNPI) cooperação no estudo e investigação das origens, ritos, tradições, hábitos e costumes do índio brasileiro” (BRASIL, 1947: 185-186). O encarregado parece ter encontrado nesta prerrogativa uma oportunidade ideal para construir-se também enquanto pesquisador da organização social e cultural dos Kaingang. O fruto de sua pesquisa etnográfica configurou-se em um interessante relato de 15 páginas, intitulado: *Apontamentos sobre os índios caingangues do Posto Indígena de Nonoai* (BRASIL. Apontamentos. 03/04/ 1946).

¹⁰ Ainda que estes programas educacionais tenham sido elaborados, nomeadamente, para impedir a existência de “quistos étnicos” nas zonas de grande concentração de estrangeiros e seus descendentes, como as áreas de imigração alemã e italiana da região Sul (SANTOS & MUELLER, 2009: 262-263), seus lemas nacionalistas também estavam presentes no interior dos Postos Indígenas.

¹¹ Os Boletins Internos eram cadernos elaborados pelo Serviço de Orientação e Assistência do SPI, destinados à publicação de orientações e informações aos funcionários dos Postos Indígenas. De tiragem mensal, os Boletins Internos forneciam ainda informações sobre o andamento dos trabalhos em Postos Indígenas de todo o país, com dados sobre produtividade agropecuária, saúde, educação e ocorrências.

Este relato, escrito a partir das observações pessoais, refere-se principalmente ao período inicial dos trabalhos do SPI naquele Posto Indígena, quando o encarregado sopesou e anotou aspectos relacionados à organização social, econômica e religiosa dos Kaingang. Seus principais destaques são relacionados às moradias; à produção artesanal; às preferências alimentares; ao direito de propriedade; aos casamentos (com ênfase para as metades exogâmicas), aos aspectos religiosos e à escolha das lideranças, onde destaca as patentes militares e os castigos no “tronco”.¹² Pode-se dizer que Francisco Vieira produziu uma etnografia dos Kaingang que, mesmo superficial e, em certos aspectos, preconceituosa, auxilia a identificar algumas situações daquele momento, principalmente no que diz respeito às condições de vida dos índios de Nonoai e a sua relação com a sociedade regional.

Apesar de estas atividades educativas e intelectuais de Francisco Vieira interessarem ao SPI e, especialmente, aos membros do CNPI, havia claras orientações para que as mesmas não se sobrepusessem às questões produtivas e administrativas do Posto. Neste quesito, os relatórios mensais elaborados pelo encarregado também apresentam elementos importantes para balizar a suas ações enquanto administrador. Como já destacado, havia por parte de Francisco Vieira uma latente preocupação em detalhar criteriosamente suas atividades. Seus relatórios são extremamente ricos em informações sobre a produtividade agropecuária, estado sanitário, dados censitários, estrutura e patrimônio do Posto, entre outras questões de caráter socioeconômico. Percebe-se, nestes detalhamentos, uma manifesta autodisciplina exercida por Francisco Vieira.

Fica claro, contudo, que ao encarregado não agradava ser apenas um mero seguidor de ordens. Ainda que buscasse desempenhar as atividades propostas pelo SPI de forma pragmática, Francisco Vieira seguidamente encaminhava à IR7 sugestões referentes à aplicação de verbas e melhoramentos do serviço de orientação e assistência aos indígenas. Em um destes encaminhamentos, o encarregado deixa explícita sua vontade de exercer um maior controle sobre o orçamento referente ao Posto, sugerindo que a orientação, aplicação e distribuição das verbas destinadas ao desenvolvimento dos trabalhos deveriam ocorrer sob a autonomia e responsabilidade de cada encarregado, desde que o mesmo apresentasse conhecimentos práticos sobre a região, sobre agropecuária e seus congêneres (BRASIL. Ofício nº 35. 04/12/ 1950).

¹² O castigo no “tronco” é uma prática que existiu em todas as áreas Kaingang da região Sul. É descrito por muitos autores como um sistema de punição tradicional destes indígenas e, portanto, existente desde muito tempo antes da instalação de Postos Indígenas pelo SPI (SIMONIAN, 1981; FERNANDES, 2003). As narrativas sobre este dispositivo de punição apresentam variações de acordo com a época e local onde foram descritas.

A sugestão de Francisco Vieira, como poderia se esperar, não foi consentida pela IR7. Primeiro, porque ela tendia a retirar dessa inspetoria o controle absoluto sobre a distribuição e a aplicação de verbas nos Postos Indígenas sob sua influência. Verbas estas que eram direcionadas de acordo com as contingências de cada PI e, provavelmente, com certos favorecimentos políticos internos. Segundo, porque arriscava-se muito com tal atitude, tendo em vista que para os inspetores regionais, nem todos os encarregados apresentavam aptidões, práticas ou éticas, para exercer a responsabilidade de empregar os recursos segundo seus próprios critérios de prioridades.

Um terceiro ponto ainda pode ser destacado: os recursos auferidos com a produção agrícola, pecuária e extrativa de um Posto Indígena, de acordo com o próprio regulamento interno do SPI, eram canalizados para as Inspetorias Regionais e, destas, para a administração central no Rio de Janeiro (ROCHA, 2003: 112). Desta forma, a renda do patrimônio indígena não era revertida para o atendimento exclusivo das necessidades do Posto que produzia estes recursos, mas sim, distribuída aos Postos com menor rendimento ou em vias de estruturação.

A falta de repasses financeiros gerou seguidas reclamações por parte do encarregado do PI Nonoai. Cobrava recorrentemente investimentos para construção de casas para os índios, melhoria das vias de acesso ao Posto, compra de equipamentos para dinamizar a produção agrícola, e para outros diversos serviços, que, em sua opinião, ficavam atravancados pela burocracia do SPI, retardando e prejudicando o desenvolvimento dos trabalhos (BRASIL. Ofício nº 34. 16/05/1946). Além disso, os frequentes atrasos no pagamento dos vencimentos dos funcionários instigavam muitos deles a abandonarem o seu emprego no Posto para trabalhar em granjas ou serrarias da região (BRASIL. Ofício nº 5. 06/02/1947).

A ausência investimentos apresentada nos relatórios do encarregado é um forte indicativo da crise político-administrativa que começava a caracterizar o SPI e suas inspetorias a partir do final da década de 1940. Avaliando-se os rendimentos obtidos por meio dos contratos de arrendamento de terra para camponeses regionais e pelos contratos para a instalação de serrarias no interior da área indígena, é inexplicável que o encarregado precisasse utilizar-se de seus próprios recursos para pagar funcionários.¹³ Esta situação

¹³ Encontrou-se nos arquivos do SEDOC MI e no Arquivo CTL/Funai em Paranaguá-PR, diversos recibos de arrendamentos de parcelas de terra dentro da área do Posto Indígena Nonoai para camponeses regionais. Além disso, desde o ano de 1944 o SPI estabeleceu com a firma madeireira de Hermínio Tissiani, contrato de extração de madeiras no interior do Posto Indígena Nonoai, onde foram instaladas duas serrarias. Ver: (BRASIL. Recibos de arrendamento. 20/07/1943; BRASIL. Termo de contrato. 08/04/1944).

gerou uma série de protestos por parte do encarregado, que via seus avanços alcançados na administração do Posto seriamente ameaçados.

A construção do tutor pelos tutelados

Conquanto a falta de recursos fosse recorrente, comprometendo corriqueiramente os trabalhos e as pretensões de autossustentabilidade do PI Nonoai, o período de atuação indigenista de Francisco Vieira é, de maneira geral, destacada pelos velhos Kaingang entrevistados como sendo um tempo de tranquilidade para os indígenas. Embora Francisco Vieira tenha sido, reconhecidamente, o agente que melhor representou os ideais integradores e assimilacionistas do SPI em Nonoai, ele é construído e reconstruído por grande parte dos Kaingang que vivenciaram sua atuação como um chefe “exemplar”.

Tal representação se deve, notadamente, pelo seu empenho no desenvolvimento agropecuário do Posto e pelo seu bom relacionamento com a comunidade indígena, sobretudo, com as lideranças Kaingang. Embora tenha sido Francisco Vieira o organizador das “lavouras comunitárias”¹⁴ e o responsável pela instituição do sistema do *Panelão*¹⁵ neste PI, foi ele também quem alcançou resultados significativos para a melhoria das condições sanitárias, alimentares e educacionais dos indígenas, por meio do melhoramento de suas moradias, pela construção de enfermaria e escolas no Posto e pela diversificação da produção agropecuária.

Além de todos estes aspectos relacionados à sua atuação econômica, chama atenção nas narrativas dos velhos Kaingang o caráter paternalista atribuído ao encarregado. É comum nos depoimentos registrados em Nonoai, surgirem expressões como “Francisco Vieira era um pai para nós”, “tratava bem os índios”, “era meu padrinho”, entre outras caracterizações que denotam uma relação na qual os padrões de relacionamento com o

¹⁴ “Lavouras comunitárias”, denominação que aparece na documentação ou “roças do Posto”, nome utilizado pelos Kaingang para se referir a esta modalidade de cultivo, refere-se à produção agrícola destinada a cobrir os gastos do Posto com educação, saúde, vestuário e alimentação do Posto Indígena. O termo “comunitárias” é atribuído por envolver um grande número de trabalhadores indígenas, os quais, em tese, também seriam beneficiados com a produção.

¹⁵ O denominado sistema do *Panelão* ou, simplesmente, *Panelão*, refere-se a um sistema de trabalho compulsório existente em diversos Postos Indígenas do Sul do Brasil. Este sistema impunha à população indígena a obrigação de prestar trabalhos diariamente nas lavouras do Posto. A antropóloga Juracilda Veiga identificou a presença do *Panelão* entre os Kaingang do PI Inhacorá/RS, afirmando que com o desenvolvimento deste sistema de trabalho pelo SPI, os índios daquela comunidade deixavam de ter o direito de trabalhar em suas roças, sendo obrigados a trabalhar nas lavouras do Posto “a troca de comida: os homens para um lado, e as mulheres para outro. A origem do nome se deve ao fato de a comida ser feita em uma cantina, em grandes painéis” (VEIGA, 2006). A mesma pesquisadora afirma que os Postos Indígenas do Rio Grande do Sul foram os que mais se utilizaram desse sistema. Nonoai, conforme percebemos, não fugiu à regra.

chefe de Posto são expressos de forma a positivar sua atuação indigenista, especialmente, quando é comparado aos outros agentes de períodos anteriores ou posteriores. Uma representação exemplar desta relação é demonstrada pelo Kaingang Antônio Eufrásio, quando o mesmo ilustra que:

O seu Francisco, ele mandava carnear os gado, em tempo de festa, pra comunidade, conversava com os velhos e tratava bem os índios. Chefe melhor que saiu é aquele lá... e os outros que entravam já com pouca vontade de trabalhar com a comunidade, né, uns queria morar aqui dentro, outros queria morar na cidade, porque não se acostuma no meio do mato (EUFRÁSIO, 2014).

O fato de Francisco Vieira demonstrar-se bastante a vontade por “estar” entre os indígenas, pode ser considerado ponto crucial para a construção de uma memória positiva deste encarregado. Tanto em seus ofícios e relatórios quanto nas narrativas Kaingang, Francisco Vieira é apresentado como figura onipresente e participante ativa de praticamente todos os afazeres do Posto. Por estar sempre envolvido com atividades na enfermaria, na escola, no escritório, nas lavouras e nos currais, é apresentado através de significações que o concebem sob inúmeros predicados, como se depreende a partir do discurso de João Severo: “...ele foi um homem muito honesto, muito bom, foi o que fez uma mudança no pessoal indígena, na maneira dele tratar, na maneira dele agir. Tinha muita paciência e foi fazendo mudança devagarinho na vida dos índios” (SEVERO, 2013).

Esta alocação de João Severo é reveladora de uma aplicação prática dos ideais protecionistas e integradores do SPI, com acentuada influência da tutela rondoniana. Referências qualificadoras como honestidade, bondade, proatividade, paciência, entre outras, são cobradas constantemente pelos diretores e Inspectores Regionais aos seus subordinados agentes indigenistas, sendo estas consideradas atitudes fundamentais para o estabelecimento de relações mais estreitas com as populações indígenas tuteladas. Mais do que uma prática humanitária, sua finalidade era angariar prestígio aos encarregados e ao Serviço, facilitando a orientação e o engajamento nas atividades de ordem educativa e econômica nos PIs.

Outra contribuição para o desenvolvimento e consolidação da influência de Francisco Vieira entre os indígenas do PI Nonoai foi a atuação de sua esposa. Conforme já ressaltado, Helena Abduch Vieira dos Santos era também funcionária do SPI e atuava como Auxiliar de Ensino na escola *Benjamin Constant*. Além das funções escolares, tanto as fontes documentais quanto as fontes orais indicam que Helena Vieira também foi participante ativa em outras funções do Posto, como na enfermaria, nas hortas, na organização de festas e comemorações cívicas.

A memória Kaingang ressalta ainda a grande interferência da mesma no universo feminino e infantil do PI, auxiliando na instrução das mulheres e das meninas da escola em atividades de corte e costura, etiquetas alimentares, noções de economia doméstica, entre outras atividades. Se Francisco Vieira era considerado um pai para os Kaingang, Valter Sampaio estende a analogia para Helena Vieira: “a dona Helena também era uma mãe pra gente” (SAMPAIO, 2013).

A constituição de atributos que remontam a uma imagem de chefe bom e carismático, contudo, não extingue algumas representações sobre um perfil autoritário, atribuídas a Francisco Vieira. O rigor metódico aplicado no desenvolvimento dos trabalhos do Posto, perceptível em seus relatórios, infligia inclusive um ordenamento nas ações e no comportamento dos Kaingang. Uma destas feições é narrada por Adelino Lopes, que revela sua intolerância aos atrasos ou faltas a compromissos por parte dos indígenas: “quando ele dizia assim pro índio: ‘tal hora tu tem que tá aqui: 8 horas’. Daí se tu não chegasse na hora certa ele mandava você de volta. Ele não recebia você” (LOPES, 2014).

O extremismo na cobrança por pontualidade era acompanhado por outras posturas de caráter autoritário, como a cobrança por comportamentos sociais considerados mais “civilizados”, em consonância com os ideais de integração e nacionalização. Tais comportamentos eram representados por ações pontuais, como a proibição de qualquer tipo de bebida alcoólica aos indígenas, a imposição de licenças para o afastamento do Posto e o saneamento do pátio da sede, para o qual eram convocados os mutirões de limpeza. Estes mutirões eram organizados em atenção ao programa sanitário instituído pelo SPI em todos os seus Postos Indígenas. A limpeza do pátio da sede, neste sentido, era uma obrigação, pois visava tornar o Posto apresentável aos visitantes, conforme se observou na alocação de Mafaldo Oliveira: “nós deixava sempre o Posto limpo e tudo era assim ordenado pelas ‘polícias’” (OLIVEIRA, 2014).¹⁶

Como determinadas solicitações do encarregado implicavam em algumas restrições aos indígenas, nem todos concordavam com as atividades propostas pelo mesmo. Em certos casos, as discordâncias ocorriam, sobretudo, quando se tratava do trabalho desempenhado pelas crianças na escola. Houve, em alguns casos, protestos mais contundentes, como revelou João Severo:

...até eu me lembro que uma vez minha mãe bateu boca com o chefe do Posto né, com o Francisco Vieira por causa do estudo. Porque houve uma denúncia e os

¹⁶ Quando Mafaldo Oliveira se refere à vigilância das “polícias”, está fazendo alusão aos grupos de índios escolhidos pelas lideranças indígenas para controlar a ordem social no interior do Posto Indígena. Muitas vezes, eles eram encarregados ainda da vigilância dos trabalhos dos indígenas, conforme se observa no relato de Oliveira.

meus pais souberam, que diz que o Francisco Vieira botava os alunos a trabalhar muito lá no Posto. Fazer limpeza por baixo daquelas casas, onde faziam casa ficava o cavaquedo de madeira. Arrancar guanxuma, arrancar capim a muque. E a minha mãe soube e foi lá. Teve uma discussão grande com o chefe do Posto (SEVERO, 2013).

De modo geral, estas características do autoritarismo empregado por Francisco Vieira não estão vinculadas apenas à necessidade de controlar e vigiar, mas, sobretudo, à necessidade de criar no Posto Indígena um espaço útil, produtivo e qualificado. Ainda que alguns relatos façam ressalvas às cobranças e aos ordenamentos do encarregado, chama a atenção nas entrevistas realizadas, a não indicação de um autoritarismo patronal na atuação indigenista de Francisco Vieira. A maior parte dos relatos coletados em Nonoai permite pensar na existência de uma espécie de autoritarismo patriarcal exercido por Francisco Vieira.

Esta característica deve-se em grande parte ao fato de, a este chefe de Posto, ser atribuída uma memória que o coloca em uma função mediadora das relações com a sociedade regional em benefício dos indígenas. Da mesma forma, os relatos indicam que, apesar de rigoroso, o mesmo não atuava de forma violenta, pois, ao contrário de outros chefes anteriores e posteriores, não costumava andar armado em suas excursões pela área indígena e nunca espancar os índios.

Por conta desse caráter paternalista, Jorge Garcia recorda que, quando da saída de Francisco Vieira do Posto Indígena Nonoai, em 1956, houve uma comoção muito grande por parte dos Kaingang, que relutaram em permitir sua transferência: “eles queriam transferir ele pra outro lugar e ele não queria sair. Ele dizia que os índios não entregavam ele, né. Não queriam que ele saísse. Então a gente fez ali, essa revolta. Mas perdemo igual. Levaram, nunca mais vimos ele” (GARCIA, 2013).

O destino de Francisco Vieira, após sua remoção do Posto Indígena Nonoai, foi o Posto Indígena Fioravante Esperança, no município de Palmas-PR, o qual chefiou durante um curto período até ser promovido a Chefe da 8ª Inspetoria Regional (IR8) em Goiás, onde permaneceu até 1964, retornando depois para a IR7. Sua carreira como agente indigenista finalizou-se de forma melancólica, pois, nos anos finais do SPI, pesaram sobre o mesmo denúncias de irregularidades no exercício de suas funções. Algumas destas denúncias são apontadas no relatório de Ney Land, membro do CNPI, após investigações sobre irregularidades nos quadros da 7ª Inspetoria Regional:

Agente de índios nível 6-B, com instrução média. É o vice-chefe da IR. É poeta e possui razoável cultura geral. [...] Fracassou como chefe de Posto em todos pelos quais passou. No último, um incêndio destruiu a sede e com ela a sua biblioteca, que ao que parece, era grande e boa. Deu para beber; o que fazia até com os

próprios índios. Ficou completamente arrasado ao se separar da esposa (BRASIL. Relatório sobre a IR7. 19/03/1964, p. 2).

Outras denúncias contra Francisco Vieira são constatadas no relatório da CPI chefiada por Jäder Figueiredo entre 1967 e 1968, a qual acusou-lhe de diversas irregularidades, como: desmandos na administração dos PIs Nonoai e Fioravante Esperança, irresponsabilidade funcional por motivo de embriaguês, irregularidades na compra e venda de gado na Ilha do Bananal (Goiás), além de ser responsabilizado pelo suplício de indígenas no “tronco”.¹⁷

O encarregado negou todas as denúncias apuradas contra ele pela CPI, mesmo assim, sua defesa parece não ter sido acatada pelos relatores do processo, sendo proposta a sua demissão do quadro permanente do Ministério da Agricultura em 1968 (BRASIL. Diário Oficial da União. 10/09/1968). Após esta data, não foram encontrados registros escritos nos arquivos pesquisados nem na memória dos indígenas entrevistados, sobre seu destino ou paradeiro.

Considerações finais

É importante destacar que, tanto as narrativas escritas quanto os relatos orais sobre Francisco Vieira são construídos com eixos de significações próprias e atualizados de acordo com as tendências, vivências e experiências das pessoas envolvidas direta ou indiretamente com a atuação indigenista deste encarregado. Nos relatos orais coletados, é possível perceber uma forte tendência por parte dos velhos Kaingang em destacar muito mais os aspectos positivos do que os negativos da atuação deste chefe no PI Nonoai.

Esta característica justifica-se se compreendermos que, embora houvesse um intervencionismo efetivo do SPI através de uma política assimiladora e integracionista, a representação favorável de Francisco Vieira deve-se muito à sua boa relação com a comunidade indígena de Nonoai e ao atendimento de inúmeras demandas e solicitações da mesma. Deve-se, do mesmo modo, por sua atuação estar vinculada à melhoria das

¹⁷ Estas denúncias são apontadas no relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito instaurada para apurar casos de corrupção e violências contra indígenas promovidas por funcionários do SPI, tendo sido finalizada em 1968. Foi dirigida pelo procurador Jader Figueiredo Correia, que, durante 3 anos chefiou a comissão de investigação que viajou por inúmeros Postos Indígenas do Brasil, levantando provas contra os agentes do SPI. Por isso, o relatório resultante dessa CPI ficou conhecido como *Relatório Figueiredo*. Mais informações em: (BRASIL, MINISTÉRIO DO INTERIOR. Relatório Figueiredo. Autos do Processo). Sobre as denúncias contra Francisco Vieira, ver páginas: 1687, 1688, 1734, 1825.

condições de vida dos índios, o que, em parte, pode ser resumida na fala de quase todos os entrevistados: “no tempo do seu Francisco não havia fome em Nonoai!”

Convém salientar também que as lembranças em geral positivas dos velhos Kaingang de Nonoai sobre a atuação de Francisco Vieira, devem ser atribuídas às adversidades pelas quais passou o PI Nonoai após seu afastamento. Sua saída está marcada em suas memórias como um período de declínio da produtividade agropecuária e, conseqüentemente, por uma piora da qualidade de vida da população indígena. No tocante aos resultados alcançados por Francisco Vieira durante sua atuação neste PI, pode-se inferir que os mesmos só tiveram o alcance e a representatividade destacados neste artigo, porque foram apropriados pelo encarregado enquanto projetos pessoais, através dos quais o mesmo buscou construir-se como funcionário exemplar, um tutor moderno e atento aos avanços técnicos relacionados às atividades administrativas e agropecuárias da época.

Neste sentido, nada representou maior autopropaganda do que participar do contexto desenvolvimentista característico daquele momento histórico. Em várias oportunidades ele buscou esse destaque. Prova disso foi seu empenho na instrumentalização de indígenas por meio da educação de fundamentação rural, no cultivo de cereais “nobres” como o trigo, na mecanização das lavouras para a qualificação da produção, na criação de animais de raça, na padronização de comportamentos sanitários e na tentativa de integração dos indígenas à economia regional. Pode-se observar que a autopropaganda fazia parte de uma articulação estratégica do encarregado na execução das iniciativas desenvolvimentistas. Francisco Vieira tinha consciência de que, enquanto vigiava os indígenas e monitorava suas atividades, também o mesmo era monitorado pelas instâncias superiores do SPI.

Esta foi uma característica marcante do SPI, pois, de modo geral, os agentes indigenistas trabalhavam com uma constante incerteza em termos de destinação de recursos, de apoio institucional para executar determinadas ações, de pagamento de salários, entre outros problemas que acarretavam grande insegurança. Neste contexto, encampar com sucesso projetos ou programas de grande alcance produtivo entre as populações indígenas poderia representar a garantia da manutenção do seu emprego e das demais pessoas empregadas sob sua influência.

Esta particularidade do SPI representa mais uma faceta da sua vigilância hierárquica, pois, ainda que o encarregado fosse o detentor do poder no interior dos Postos Indígenas, ele também era uma peça dentro de um dispositivo maior e não escapava de uma vigilância constante, tornando-se um fiscal constantemente fiscalizado. A função do chefe de Posto, sob este prisma, encontrava-se agregada a papéis de controle, mas também de obediência,

onde ele também era vigiado, controlado, punido, realocado. Francisco Vieira conheceu as duas faces desta moeda.

Referências Bibliográficas

CYTRYNOVICZ, Roney. **Guerra sem guerra: A mobilização e o Cotidiano em São Paulo Durante a Segunda Guerra Mundial**. São Paulo: EDUSP, 2000.

FERNANDES, Ricardo Cid. **Política e Parentesco entre os Kaingang: uma análise etnológica**. Tese (Doutorado em Antropologia Social) PPGAS/USP, São Paulo, 2003.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: História da Violência nas Prisões**. 30. ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 2005.

FREIRE, Carlos Augusto da Rocha (org.). **Memória do SPI: Textos, Imagens e Documentos sobre o Serviço de Proteção aos Índios (1910-1967)**. Rio de Janeiro: Museu do Índio/FUNAI, 2011.

OLIVEIRA, João Pacheco. **Sociedades Indígenas e Indigenismo no Brasil**. São Paulo/Rio de Janeiro: Ed. Marco Zero / Ed. UFRJ, 1987.

_____. **Ensaio de Antropologia Histórica**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1999.

ROCHA, Leandro Mendes. **A Política Indigenista no Brasil (1930-1967)**. Goiânia: Ed. UFG, 2003.

SANTOS, Sílvio Coelho dos. **A integração do índio na sociedade regional: A função dos Postos Indígenas em Santa Catarina**. Florianópolis, UFSC, 1970.

SANTOS, Ademir Valdir dos.; MUELLER, Helena Isabel. Nacionalismo e cultura escolar no governo Vargas: faces da construção da brasilidade. **Cadernos de História da Educação**. v. 8. n. 2. Jul.-Dez. 2009.

SIMONIAN, Ligia T. L. **Terra de Posseiros: um estudo sobre as políticas de terras indígenas**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Museu Nacional. UFRJ, 1981.

SOUZA LIMA, Antonio Carlos de. **Um Grande Cerco de Paz: Poder Tutelar, Indianidade e Formação do Estado no Brasil**. Petrópolis, Vozes, 1995.

VEIGA, Juracilda. **O processo de privatização da posse da terra indígena**. 2006. p. 5. Disponível em: http://www.portalkaingang.org/privatizacao_juracilda.pdf. Acesso em 12-04-2014.

WITTMANN, Luisa Tombini. **O Vapor e o Botoque: imigrantes alemães e índios Xokleng no Vale do Itajaí/SC (1850-1926)**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2007.

Fontes Documentais

BRASIL, Ministério da Agricultura/SPI. **Boletim Interno nº 8**. 31 de Julho de 1942. p. 8. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Ofício Relatório nº 8, encaminhado por Francisco Vieira dos Santos à Direção do SPI**. PI Nonoai. 1º de Agosto de 1942. p. 2. Microfilme 058. Fotograma 0178 a 0180. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Ofício Relatório nº 9, encaminhado por Helena Abduch Vieira dos Santos à Direção do SPI**. PI Nonoai. 1º de Setembro de 1942. p. 1. Microfilme 058. Fotograma 0193 a 0194. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL, Ministério da Agricultura/SPI. **Boletim Interno nº 10**. 30 de Setembro de 1942. p. 1. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Ofício Relatório nº 19, encaminhado por Francisco Vieira dos Santos à Direção do SPI**. PI Nonoai. 03 de Julho de 1943. p. 2. Microfilme 058. Fotograma 0275 a 0281. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Recibos de arrendamento**. PI Nonoai. 20 de Julho de 1943. Microfilme 058. Fotogramas 0251 e 0252. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL. SPI. **Escritório do posto indígena**. 1944. PI Nonoai. 1 fotografia, 12x8cm. Documentos Audiovisuais e Iconográficos. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL. SPI. **Escoteiros Indígenas e Desfile**. 1944. Fotografias 1 e 2: 11,5 x 8,5 cm. Documentos audiovisuais e Iconográficos. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Termo de contrato entre o SPI e Hermínio Tissiani para exploração madeireira no PI Nonoai**. 08 de Abril de 1944. 2 p. Arquivo CTL/Funai. Paranaguá-PR.

BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Ofício Relatório nº 29, encaminhado por Francisco Vieira dos Santos à Direção do SPI**. PI Nonoai. 08 de Maio de 1944. p. 4. Microfilme 058. Fotograma 0563 a 0566. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Ofício Relatório nº 34, encaminhado por Francisco Vieira dos Santos à Direção do SPI**. PI Nonoai. 07 de Outubro de 1944. Microfilme 058. Fotograma 0646 a 0650.

BRASIL, Ministério da Agricultura/SPI. VIEIRA DOS SANTOS, Francisco José. **Apontamentos sobre os índios caingangues do Posto Indígena Nonoai**. 03 de Abril de 1946. Microfilme 058. Fotograma 1045 a 1060. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Ofício nº 34, encaminhado por Francisco Vieira dos Santos à IR7**. PI Nonoai. 16 de Maio de 1946. Microfilme 058. Fotograma 1071. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Ofício nº 5, encaminhado por Francisco Vieira dos Santos à IR7**. PI Nonoai. 06 de Fevereiro de 1947. Microfilme 058. Fotograma 1143. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL. **Coletânea de leis, atos e memoriais referentes ao indígena brasileiro compilados pelo oficial administrativo Humberto de Oliveira.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1947.

BRASIL, Ministério da Agricultura/SPI. **Cadastro de funcionários lotados na 7ª Inspetoria Regional.** s/d. Arquivo CTL/Funai. Paranaguá-PR.

BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Ofício nº 35, encaminhado por Francisco Vieira dos Santos à IR7.** PI Nonoai. 4 de Dezembro de 1950. Microfilme 058. Fotograma 1332 a 1333. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Relatório sobre a IR7 elaborado por Ney Land.** 19 de Março de 1964. p. 2. Microfilme 322. Fotogramas 0423 a 0425. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL, MINISTÉRIO DO INTERIOR. **Relatório Figueiredo.** Autos do Processo. 1967-68. Disponível em: <http://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=DocIndio>

BRASIL. **Diário Oficial da União.** Relatório da Comissão de Inquérito instituída pela Portaria nº 239-67, do Ministério do Interior, para apurar irregularidades no SPI. 10 de Setembro de 1968.

Fontes Orais

EUFRÁSIO, Antônio. **Entrevista concedida a Sandor Bringmann.** Aldeia Sede/TI Nonoai/RS. 27 de Fevereiro de 2014. Acervo LABHIN/UFSC.

GARCIA, Jorge. **Entrevista concedida a Sandor Bringmann.** Aldeia Capão Alto-TI Nonoai/RS. 1º de Maio de 2013. Acervo LABHIN/UFSC.

LOPES, Adelino. **Entrevista concedida a Sandor Bringmann.** 25 de Fevereiro de 2014. Aldeia Capinzal-TI Nonoai/RS. Acervo LABHIN/UFSC.

OLIVEIRA, Mafaldo. **Entrevista concedida a Sandor Bringmann.** 27 de Fevereiro de 2014. Aldeia Sede-TI Nonoai/RS. Acervo LABHIN/UFSC.

SAMPAIO, Valter. **Entrevista concedida a Sandor Bringmann.** Aldeia Vila Alegre-TI Nonoai/RS. 1º de Maio de 2013. Acervo LABHIN/UFSC.

SEVERO, João. **Entrevista concedida a Sandor Bringmann.** Bairro Aneloque-Nonoai/RS. 02 de Maio de 2013. Acervo LABHIN/UFSC.

Recebido: 06/08/2015

Aprovado: 30/11/2015